

Os conflitos por terra no litoral sul fluminense (1964-1985): um aspecto da ação do setor empresarial na ditadura civil militar

Iby Montenegro de Silva*

1. Introdução

Entre os anos de 1964 e 1985 o Brasil viveu um período de negação de valores democráticos e de arbítrio do Estado (RODRIGUES, 2014), muito embora o período não tenha sido homogêneo, tanto no sentido das ações políticas, econômicas e sociais implementadas pelo governo civil militar¹, quanto no sentido da repressão feita por este governo sobre aqueles que não se conformaram com suas ações².

O regime foi instituído em 1964, contudo apenas em 1978 começou a ocorrer um lento desmonte das leis de segurança estabelecidas³. A anistia só foi decretada em 1979 libertando gradualmente prisioneiros políticos e permitindo o retorno de exilados.

* Iby Montenegro de Silva, mestre pelo CPDA/UFRRJ. Bolsista de Treinamento e Capacitação Técnica no Projeto “Conflitos por terra e repressão no campo no estado do Rio de Janeiro (1946-1988)”.

¹No presente artigo nos referiremos ao período ditatorial como um período regido por um governo civil militar, com destaque para a participação dos empresários. Isso porque, como veremos, o setor empresarial foi protagonista nos conflitos ocorridos no litoral sul fluminense no período da ditadura.

² Para Pereira (2010,p.55), “a repressão brasileira veio em duas ondas distintas”, marcadas pela decretação de dois atos institucionais. O primeiro decreto estabelecido pelo novo governo foi o Ato Institucional nº 1 (AI 1), que conferiu ao Executivo Federal o poder de alterar a Constituição e cassar mandatos legislativos e direitos políticos de adversários do regime; além disso, estabeleceu as eleições indiretas para a presidência da República. O Ato Institucional nº 5 (AI-5), estabelecido em 1968, suspendeu o *habeas corpus* para crimes contra a segurança nacional, conferindo liberdade de ação às forças de segurança no tratamento dos presos. Conforme o autor, na primeira ‘onda’ as polícias (militar e civil) procuravam reprimir trabalhadores e militares críticos ao regime, além de pessoas suspeitas de pertencerem ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) e de serem partidários de João Goulart. A segunda onda foi mais brutal e mais generalizada: foram ações voltadas para repreender o surgimento de uma esquerda armada. Sua violência alargou-se para a também repressão a estudantes, acadêmicos, jornalistas, cléricos.

³ Há diferentes leituras sobre o processo de abertura do regime ditatorial. Para Fausto (2008), o governo Geisel (1974-1979) se associa ao início da abertura política, vale dizer, período que o próprio general presidente ‘definiu como lenta, gradual e segura’ (p. 489). Para o autor, foi o confronto entre a Igreja Católica e o Estado, e, mais especificamente, os reflexos no Estado da relação entre as Forças Armadas e o poder que gerou uma necessidade de uma distensão do governo: “O poder fora tomado pelos órgãos de repressão, produzindo reflexos negativos na hierarquia das Forças Armadas” (p. 490). A liberalização do regime seguiu um caminho difícil, por um lado, pela própria vontade de Geisel em manter o controle da abertura no caminho de uma democracia conservadora (evitando que a oposição chegasse ao poder), por outro, por pressões à Geisel feitas pela linha-dura do governo, que ‘se manteve como uma contínua ameaça de retrocesso até o fim do governo Figueiredo’ (FAUSTO, 2008, p.490). Contudo, o próprio autor mostra que foi apenas em 1978 que o governo iniciou ações para encaminhar a restauração das liberdades públicas, posto que foi apenas em outubro deste ano que o Congresso aprovou a emenda constitucional nº11, revogando o AI-5. Esta revogação entrou em vigor em 1 de janeiro de 1979.

Em 1988 foi instituída a nova Constituição e apenas em 1989 findou-se efetivamente o governo de transição (período Tancredo-Sarney 1985-1989)⁴.

Sobre a periodização do governo ditatorial, autores apontam para perspectivas diferentes. Por exemplo, as autoras Carneiro e Cioccarri (2011), que focam seu trabalho na repressão feita no meio rural no período compreendido entre 1962-1985, apontam para o fato de que a violência no campo é recorrente em toda a história do Brasil, porém, elas advertem para o período compreendido entre 1962-1985, uma vez que neste tempo

a violência privada era exercida sob a cobertura e o estímulo oficial, baseada em compromissos de classe que aliviam grandes proprietários e empresários rurais ao governo militar. A lei da violência que caracterizava as práticas privadas vinha ao encontro dos interesses defendidos pelo regime a fim de barrar a organização crescente dos trabalhadores do campo. (CARNEIRO e CIOCCARI, 2011. p. 26)

Já Campos (2014), cujo trabalho tratou da relação entre as empreiteiras e o Estado ditatorial, critica a visão de que o fim da ditadura ocorreu em 1985, visto que no governo de transição perduraram traços de continuidade relacionais entre o empresariado que constituía o aparelho do Estado ditatorial e então governo.

Além do debate sobre a periodização da ditadura, é preciso ressaltar o panorama geral no qual a ditadura brasileira ocorreu: no período entre 1960 e 1980 houve a implantação de ditaduras em diversos países da América Latina e

...todos esses regimes surgiram em sociedades parcialmente industrializadas que, tomadas em conjunto, formavam a região da América Latina mais economicamente desenvolvida. Eles possuíam burocracias estatais relativamente grandes e capazes, e usaram a capacidade técnica do Estado para intervir na sociedade de formas novas e mais amplas. Todos eles declaravam lealdade à defesa da ‘segurança nacional’, uma concepção de conflito político da época da Guerra Fria, que fundia o Estado e nação e obscurecia a distinção entre agressão interna e externa, guerra e paz, atividades políticas comunistas e não comunistas e ataques armados contra o Estado, por um lado, e discordância e posição pacífica, por outro. (PEREIRA, 2010, p. 53)

⁴ Em 1985 o governo foi entregue aos civis, muito embora este tenha sido um momento de transição, quando as eleições foram feitas de maneira indireta. Em janeiro deste ano foi eleito Tancredo Neves, no entanto, sua posse não ocorreu pois foi internado às pressas por conta de uma doença. Tancredo morreu em 21 de abril de 1985 e José Sarney assumiu a presidência, ficando até o ano de 1989.

A ditadura instaurada no Brasil marcou a história do país, sobretudo pelas suas ações repressivas, sendo a mais conhecida a cometida contra os que eram qualificados como *subversivos da ordem*: estudantes, sindicalistas, trabalhadores urbanos e rurais, religiosos, que foram mortos, torturados, presos ao serem classificados pelo governo como pessoas perigosas à segurança nacional, ou seja, como parte de organizações de propagação das ideias comunistas no país (muito embora, nesse conjunto, também fossem englobadas as pessoas críticas ao regime). Em suma, constituíam “os contrários ao regime, os opositores, as pessoas que não concordavam com a falta de democracia e com o autoritarismo instalado no país desde 1964” (GUAZEZELLI e TORRES, 2014, p. 230).

Nessa perspectiva em que o governo civil militar atuava, não por acaso, ele agiu repressivamente contra aqueles que, de alguma maneira, se colocaram resistentes aos seus projetos de alavancar a industrialização no Brasil. Resumidamente, o governo civil militar buscou aprofundar a modernização da indústria e dos serviços, visando com isso atender aos interesses de empresas multinacionais e seus associados⁵. Para tal, ele também fez uso de violência⁶.

Essas relações – Estado e empresas; industrialização e repressão – já eram existentes em momentos muito anteriores da história do país, fatos relatados em pesquisas sobre a história das lutas sociais no campo como as vistas em Medeiros (1989) e Medeiros (2014)⁷. Garcia e Palmeira (2001) mostram que ainda no início do século XX, o espaço físico e o poder social econômico brasileiro encontravam-se concentrados nas mãos dos detentores de grandes propriedades rurais: eram plantações, voltadas, sobretudo, para os mercados internacionais. Era o café, a cana de açúcar, o algodão, a borracha, o cacau, o fumo. Não se tratava, contudo, de ‘comunidades rurais

⁵ Em nível global, ao longo do início do século XX forjaram-se novas formas de capitalismo, através de articulações entre as várias formações sociais nacionais. Estas articulações tiveram como uma de suas expressões organizacionais as corporações multinacionais (DREIFUSS, 2008). No Brasil, o capital ‘nacional’, predominantemente formado no governo de Getúlio Vargas, conseguiu coexistir em sua forma associada a empresas pertencentes ao Estado. “Mesmo neste último caso, o capital transnacional teria ainda um papel central através de joint venture (empreendimentos conjuntos) entre o Estado e corporações multinacionais, além de exercer controle multinacional parcial das ações de empresas estatais brasileiras”. (DREIFUSS, 2008, p.58)

⁶ Maiores informações ver Medeiros (1989; 2014), Carneiro e Cioccarri (2011). No caso do Rio de Janeiro, especificamente, ver Guanziroli (1983)

⁷ Também é exemplo o trabalho de Dreifuss (2008), sobre a relação do empresariado com os aparelhos da ditadura, e de Campos (2014), sobre a participação das empreiteiras na estrutura do Estado autoritário. Os trabalhos feitos por Medeiros (1989; 2014) trazem aspectos de como a relação do empresariado com o Estado ditatorial refletiu no meio rural e na repressão cometida pelo governo aos trabalhadores rurais e seus apoiadores. Também vale ressaltar o trabalho que vem sendo feito pelo Coletivo Mais Verdade, que se debruça sobre os diversos setores empresariais que se favoreceram na época.

isoladas', mas sim, de comunidades com relações comerciais que mantinham redes com as cidades que as interligavam aos portos de exportação (GARCIA e PALMEIRA, 2001)⁸. Szmrecsányi (1996), ao refletir sobre o surgimento da agroindústria no país, também ressalta que as atividades de produção de insumos para a agropecuária não era novidades na história do país⁹, muito embora até o século XIX fossem de caráter manufatureiro.

A mudança se deu da metade para o final deste século XIX, quando a produção de insumos começou a se dar fora dos domínios do setor agropecuário, dando origem a novas formas de relacionamento entre o setor e os consumidores de seus produtos: houve uma diminuição da 'indústrias rurais' (SZMRECSÁNYI, 1996), e, crescentemente se deu a formação da agroindústria moderna, ou seja, empresas que agregam investimentos de processamento em escala industrial de um produto a uma rede de fornecedores de bens agrícolas, com parâmetros definidos e equiparados (GARCIA e PALMEIRA, 2001)¹⁰.

Com o golpe de 1930 e a entrada de Getúlio Vargas ao poder, nasceu um novo tipo de Estado, consolidando um padrão de desenvolvimento baseado nos setores urbanos e industriais da economia, voltado para atender um mercado interno em franca expansão (SZMRECSÁNYI, 1996). Contudo, este novo Estado manteve a relação entre com o capital agrícola e industrial¹¹.

A mudança do país, de um modelo agropecuário primário exportador para uma economia de substituição de importações com bases urbana e industrial, ocorreu, conforme Fausto (2008, p.327), pelos seguintes motivos: 1) a atuação econômica

⁸ "Assim é que as mudanças no sistema de transporte, como a implantação da rede ferroviária em finais do século XIX, tornaram possível a expansão da fronteira agrícola, permitindo que espaços ocupados por mata atlântica fossem apropriados por novas fazendas de café." (GARCIA e PALMEIRA, 2001, p.42). Esse fato relaciona-se com o item posterior de nosso artigo: os projetos de desenvolvimento realizados pela ditadura na região do litoral sul fluminense e a forma como se deu a ação repressiva aos trabalhadores que ali residiam.

⁹ "... a agroindústria canavieira, por exemplo, faz parte da paisagem brasileira praticamente desde o início da colonização, enquanto que formas embrionárias da produção de insumos e equipamentos para a produção agropecuária já se encontravam presentes, quer no latifúndio escravocrata (como atividades integrantes de complexos rurais relativamente autônomos), quer em minifúndios de sitiantes independentes (como atividades complementares à agropecuária)" (SZMRECSÁNYI, p.60).

¹⁰ "O termo agroindústria conhece, portanto, uma modificação de seu significado quando referido às unidades implantadas no final do século XIX (como as usinas de açúcar) ou as fábricas urbanas criadas na segunda metade do século XX" (GARCIA et PALMEIRA, 2001p.44).

¹¹ A crise econômica mundial em 1929 trouxe consequências drásticas para o mercado do café, pois diminuiu bruscamente os preços internacionais, fato que fez com que muitos fazendeiros ficassem endividados. De acordo a Fausto (2008), houve o desentendimento entre o setor cafeeiro e o governo federal de Washington Luís, posto que os fazendeiros solicitaram concessões de novos financiamentos e de uma moratória de seus débitos. A negação das solicitações ajudou a ampliar clima de insatisfação com o governo vigente.

voltou-se gradativamente para os objetivos de promover a industrialização; 2) a atuação social, tendente a dar algum tipo de proteção aos trabalhadores urbanos, incorporando, a seguir, a uma aliança de classes promovida pelo poder estatal; 3) o papel central atribuído às Forças Armadas – em especial o Exército- como suporte da criação de uma indústria de base e, sobretudo, como fator de garantia da ordem interna.

Ainda, para o autor,

Podemos sintetizar o Estado Novo sob o aspecto socioeconômico, dizendo que representou uma aliança da burocracia civil e militar com da burguesia industrial, cujo objetivo comum imediato era o de promover a industrialização por considerar que era o caminho para a verdadeira independência do país; os militares porque acreditavam que a instalação de uma indústria de base fortaleceria a economia- um componente importante de segurança nacional; os industriais porque acabavam se convencendo de que o incentivo à industrialização dependia de uma ativa intervenção do Estado (FAUSTO, 2008, p. 367)

O governo varguista visava o fortalecimento da indústria nacional e isso se mostrou mais evidente no Estado Novo. A aproximação entre a burguesia industrial e o governo Vargas ocorreu principalmente a partir de 1933, contudo, para Fausto (2008), tal aliança não significou identidades de opiniões: a burguesia industrial era menos radical no apoio ao intervencionismo do Estado e na ênfase contra o capital estrangeiro. As investidas desenvolvimentistas perpetuaram ao longo do governo de Juscelino Kubitschek¹² e acabaram por derivar na abertura do capital brasileiro ao capital estrangeiro, além de uma ainda maior concentração de renda no país.

Ao longo de todo esse processo, os interesses empresariais se fortaleceram, fato evidente na formação de um aparelho civil e militar de perfil modernizante (DREIFUSS, 2008): a *intelligentsia*¹³ empresarial era a junção de diretores de corporação multinacionais e diretores e proprietários de interesses associados, administradores de empresas privadas, técnicos e executivos estatais, oficiais militares.

¹² Dentre outros, marcou a entrada do Brasil em um endividamento externo. No final do governo de Juscelino Kubitschek uma recessão econômica se instalou no Brasil devido a problemas no balanço dos pagamentos e a alta inflacionária.

¹³ “Essa estrutura de poder político de classe do bloco multinacional e associados era corporificada numa *intelligentsia* empresarial” (DREIFUSS, 2008, p78).

Tal *intelligentsia* apoiou o golpe de Estado em 1964 e, ao longo do regime, teve seus interesses favorecidos¹⁴ (DREIFUSS, 2008; CAMPOS, 2014).

Vale ressaltar ainda que todo esse processo de mudanças do país para um padrão de desenvolvimento baseado na substituição de importações também teve ênfase na urbanização, que acabou por promover um grande êxodo rural: muitos homens e mulheres migraram¹⁵ do campo para as cidades, posto que o centro dinâmico da economia e os poderes social, cultural e político passaram se localizar mais contundentemente nas grandes metrópoles (GARCIA e PALMEIRA, 2001; SZMRECSÁNYI, 1996).

Albuquerque (1987) ainda alerta sobre outro aspecto dessas mudanças: ele traz a evolução do padrão da posse da terra entre os anos de 1940 e 1980, baseado no Censo Agrícola¹⁶ e conclui que nestes 40 anos muito pouco foi modificado em termos de estrutura fundiária no Brasil, no que diz respeito à grande parte da população agrícola. Ao passo disso, houve o aumento da concentração de terras.

Em outra perspectiva, durante todo esse processo houve ações de repressão contra trabalhadores rurais e seus apoiadores, entretanto, como já mencionado, o período ditatorial marcou uma singularidade no sentido dessa violência exercida. Após o golpe de 1964, aumentou significativamente a repressão às organizações dos trabalhadores rurais: suas principais lideranças foram presas, entraram na clandestinidade ou foram assassinadas. Também houve a desarticulação das lutas em curso, muito embora elas não tenham desaparecido (MEDEIROS, 1989).

¹⁴ Conforme Dreifuss (2008), além do apoio militar, os interesses multinacionais no Brasil de 1960 também receberam assistência das organizações políticas de seus países bases, bem como dos governos destes países. Assim, a fonte básica do poder multinacional encontrava-se na sua capacidade tecnológica e no seu controle de capital internacional.

¹⁵ Szmrecsányi (1996) destaca que, tanto a urbanização quanto a industrialização não tiveram início na década de 1930, no entanto, ambas inegavelmente se acentuaram a partir daí. “Em ambos os casos, trata-se de processos inicialmente induzidos pela intensidade do crescimento das atividades agroexportadoras desde meados do século passado. Foi, porém, no período acima referido que se verificaram simultaneamente uma crescente concentração espacial da indústria na região /sudeste, mais particularmente no estado de São Paulo, e uma progressiva difusão do processo de urbanização acelerada em todo o território nacional” (p.71).

¹⁶ O autor ainda traz as seguintes informações: o número total de estabelecimentos rurais aumentou de 1,9 milhões para mais de 5,1 milhões durante estes anos, ou seja, mais de 171%; a área agrícola total aumentou em 87%, ou seja, de 197 milhões para 369 milhões de hectares; contudo, os estabelecimentos agrícolas com menos de 10 hectares, que em 1940 eram responsáveis por 34,4% do total e ocupavam apenas 1,5% do total da área rural, em 1980, correspondiam a mais de 50% e ocupavam 2,4% da terra (o tamanho médio das propriedades neste grupo diminuiu de 4,42 hectares para 3,45 em 1980, agravando o problema dos minifúndios, segundo o autor); em outra parte, as áreas de mais de 1000 hectares em 1940 correspondiam a 1,5% do número total de estabelecimento e ocupavam 48,3% do total das terras, em 1980, eram menos de 1% das propriedades, ocupando mais de 45% das terras disponíveis (ou seja, durante este período o tamanho médio das propriedades deste grupo aumentou de 3431 hectares para 3506 hectares).

Importa dizer que, neste tempo autoritário as lutas dos trabalhadores rurais em muito se fizeram em razão do sentimento de injustiça¹⁷ em relação ao lugar a eles destinados dentro dos planos desenvolvimentistas promovidos pelo governo. Também se fizeram pelo sentimento de inconformidade às políticas determinadas. Por exemplo, na década de 1970, as políticas se voltaram principalmente para a modernização das atividades produtivas e para o estímulo à ocupação das áreas de fronteiras, por meio de projetos agropecuários de grandes empresas do setor industrial e financeiro, em detrimento das maneiras tradicionais de modo de vida dos agricultores.

Como dito, qualquer questionamento *da ordem* colocava os críticos ao governo civil militar como *subversivos*. As lutas no campo e na cidade entraram em refluxo, com a repressão que passaram a enfrentar (MEDEIROS, 1989). No início deste tempo, as lutas passaram a se dar como resistências isoladas, no entanto, elas foram se intensificando e, não por acaso, no final da década de 1970, os trabalhadores rurais se expressaram como atores importantes do processo de redemocratização do país (MEDEIROS, 1989). Tal expressão se deu em nível nacional e contou com a participação de distintos mediadores políticos¹⁸. São exemplo os sindicatos rurais e, a partir de meados dos anos 1970, a Comissão Pastoral da Terra (CPT). Também sujeitos como advogados e padres de perfil progressista, que apoiaram a luta destes trabalhadores.

Dado este panorama geral, o presente artigo se atem a refletir sobre a repressão cometida pelo governo civil militar aos trabalhadores rurais do estado do Rio de Janeiro. Mais especificamente, a repressão cometida àqueles que resistiram a pressões empresariais, favorecidas pelo Estado.

¹⁷ Barrington Moore Jr. (1987), que observou as situações de vida dos operários alemães do final do século XIX e começo do século XX e o modo como eles respondiam às transformações de seu cotidiano ao longo da queda das corporações de ofícios e da ascensão das novas formas industriais, dedicou-se a entender o sentido da injustiça social dado pelas pessoas no interior de processos conflitivos. Com isso, o autor entende que, primeiramente, as normas que governam a conduta de uma sociedade antevêm ao sentimento de justiça. Logo, o sentimento de indignação é sentido em relação a essas normas, seja pelo sentimento de descumprimento delas, seja por indagação a sua razão ou eficácia. Nas suas palavras: “Sem normas a governar a conduta moral não haveria um fato como a indignação moral ou um sentido de injustiça. Da mesma maneira, a consciência da injustiça social seria impossível se os seres humanos pudessem ser convencidos a aceitar toda e qualquer norma” (p. 21)

¹⁸ Nos baseamos no conceito de mediação elaborado por Neves (2008). Para a autora, mediação é a ação que articula significados aparentemente fragmentados em significados de caráter mais universal. Desta forma, um mediador profissional é aquele que consegue unir em uma ação ou norma um conjunto de significados sociais, encontrados em ações produzidas em contextos diferentes, relativamente inacessíveis entre os agentes sociais. No entanto, cabe ressaltar que as formas de mediações podem legitimar modos de dominação entre agentes.

A pesquisa "Conflitos e repressão no campo no Estado do Rio de Janeiro 1946-1988) identificou 219 conflitos por terra ocorridos no Rio de Janeiro ao longo do período. Deste total, 56 ocorreram no litoral sul¹⁹, região que abriga os municípios de Mangaratiba, Angra dos Reis e Paraty²⁰. Nesta região os projetos de desenvolvimento trouxeram uma multiplicidade de empresas turísticas, resultando no despejo das populações locais de suas terras. Esses indivíduos não só foram expulsos, como foram reprimidos e violentados, além de terem sido marginalizados quanto às decisões sobre a reconfiguração socio-espacial em curso. As ações de despejo e repressão em grande medida foram feitas por agentes privados que agiram em nome das empresas (que eram, sobretudo, do setor industrial e turístico). Também foram feitas por policiais e outros representantes do Estado, que agiam em razão dos projetos e das empresas que ali chegavam.

Em Paraty, foram destacados os casos ocorridos na Praia do Sono; Trindade; as Fazendas Taquari, São Roque e Barra Grande; Campinho da Independência; São Gonçalo; em Angra dos Reis foram destacados os casos de Santa Rita do Bracuí e de Japuíba. Em todos eles a construção de um trecho da estrada BR101, conhecida como Rio-Santos, aparece como emblemática no desencadeamento de conflitos. Muito embora a ideia para sua construção já existisse desde os anos de 1950, ela efetivou-se como projeto nos anos 1970, a partir de um plano turístico do Estado ditatorial para a região, o Projeto Turis, feito pela Empresa Brasileira de Turismo (Embratur) para a reordenação física e social do litoral, voltado para a implementação do turismo.

Reforça a importância de se debater sobre os conflitos ocorridos no litoral sul fluminense o fato de que a repressão ali cometida contra os trabalhadores rurais se deu de maneira direta: através de queima de suas casas e ameaças a mão armada; também se deu contra as suas organizações, sejam as formadas ao longo do processo conflitivo, sejam as organizações que se colocaram como representativas de suas lutas. Esta última repressão, por vezes, era feita sob o manto do combate aos *subversivos*: ocorreram sob os Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs) de Angra dos Reis e de Paraty, a

¹⁹ Para o litoral sul fluminense, foram utilizados documentos midiáticos que, de alguma maneira, publicizaram o contexto no qual ocorreram estes conflitos; documentos elaborados por agentes sensíveis à causa dos atingidos, tais como os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Angra dos Reis e de Paraty, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio de Janeiro, a Comissão Pastoral da Terra, a Sociedade de Defesa do Litoral Brasileiro e a Igreja progressista; documentos da polícia política, tais como os Inquéritos Policiais Militar e relatórios feitos pelo Sistema Nacional de Informações; documentos elaborados pelos próprios atingidos; entrevistas com moradores e lideranças que vivenciaram os conflitos.

²⁰ Foram 25 conflitos ocorridos em Paraty, 28 em Angra dos Reis e 03 em Mangaratiba.

Comissão Pastoral da Terra (CPT), a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase), a Igreja progressista.

É observando o processo de implementação dos projetos de desenvolvimento na região do litoral sul fluminense e observando o perfil das empresas que ali chegaram nesta época, bem como as suas ações repressivas, que apresentaremos neste artigo uma reflexão sobre a relação do Estado com o empresariado no regime ditatorial brasileiro e as maneiras pelas quais os trabalhadores do campo resistiram.

2. Os projetos de desenvolvimento e a eclosão dos conflitos por terra no litoral sul fluminense: breve histórico

O Brasil passou por um intenso processo de industrialização e por diversas ações no sentido da sua modernização econômica, porém, ao passo disso, questões sociais, como a agrária, também adquiriram peso substantivo (MEDEIROS, 1989). Também cresceu a força dos movimentos sociais.

Após renúncia de Jânio Quadros²¹, o país submergiu numa crise econômica e política²². Assumiu o vice presidente João Goulart, que baseou seu mandato numa agenda política reformista: em 13 de março de 1964, na Central do Brasil, no Rio de Janeiro, “Jango”, como era conhecido, anunciou uma série de projetos de mudanças na estrutura do país, como na área agrária, econômica, educacional. Tais reformas foram amplamente apoiadas pelos movimentos sociais, no entanto, e em grande medida em

²¹ Dreifuss (2008) traz que, no início da década de 1960, a convergência de classes populistas no poder e a forma populista de domínio foram desafiadas por duas forças sociais divergentes, que haviam surgido durante a concentrada industrialização da década de 1950, propiciada pelo Jucelino Kubitschek “Essas duas forças fundamentais eram os interesses multinacionais e associados e as classes trabalhadoras industriais cada vez mais incontroláveis.”(p.46). Para o autor, os interesses multinacionais achavam-se em proeminência econômica no final do período de Jucelino Kubitschek e durante a administração de Jânio Quadros. “Para evitar os controles do Congresso e a pressão popular, os interesses multinacionais e associados estimularam a criação de uma administração paralela, a qual provia a representação exclusiva de tais interesses.” (p.46-47) Enquanto isso, as classes trabalhadoras fizeram do Congresso uma plataforma cada vez mais eficiente para a expressão dos seus interesses em oposição direta ao bloco oligárquico industrial, e contra os interesses multinacionais e associados. Sob pressão, Jânio Quadros “... tentou resolver as contradições do regime através de uma manobra ‘bonapartista civil’. A renúncia não teve o êxito pretendido, e João Goulart assumiu a presidência. Dentre outros, o presidente vinha administrando o seu governo sem contar com uma base política de apoio (FAUSTO, 2008).

²² A inflação entre 1959 e 1960 superou os 30% ao ano. Frente a isso, Jânio Quadros optou pela estabilização da economia através da desvalorização cambial, da contenção dos gastos públicos e da expansão monetária (FAUSTO, 2008). Com isso os subsídios para a importação de trigo e do petróleo foram reduzidos, provocando uma elevação substantiva no preço do pão e dos combustíveis (FAUSTO, 2008). Ainda, o então presidente contraiu empréstimos nos Estados Unidos, dados com o apoio do presidente americano Kennedy, que via em Jânio um caminho para o impedimento da entrada do comunismo na América Latina (FAUSTO, 2008). Contudo, na segunda metade do ano de 1961, Jânio passou a afrouxar as medidas de contenção financeira. “Nesse mês de agosto, com um gesto, pôs fim ao seu governo” (p.440).

razão da intensidade da pressão pelas reformas, houve o golpe de Estado, dando início ao período ditatorial. O dia 31 de março deste ano selou o fim do governo de Jango. Uma das justificativas para tal, expressa em grande parte pela classe média urbana, era a de proteger o país dos propósitos socialistas de então presidente (DREIFUSS, 2008). Uma junta militar assumiu o governo e houve a desconstrução do sistema constitucional vigente, sendo a primeira ação a decretação do AI-1.

O golpe de Estado teve um caráter militar explícito, porém, sinalizaram aos setores empresariais que estes poderiam auxiliar as tomadas de decisão do Estado²³. A colaboração do setor civil com os militares se deu na presença de elites civis em postos de planejamento da política econômica.

Vale ainda outra observação, que responde mais especificamente ao ocorrido no litoral sul fluminense. O Estado do Rio de Janeiro dos anos 1930 se industrializou, principalmente a partir de empresas estatais como a Fábrica Nacional de Motores (1939), a Companhia Siderúrgica Nacional (1941), a Fábrica Nacional de Alcalis (1943). A partir deste tempo o território fluminense começou a receber uma significativa quantidade de migrantes de diferentes pontos do país (principalmente do Espírito Santo, Minas Gerais, Pernambuco, Paraíba). Também houve uma intensa mobilidade interna da população. Eram trabalhadores rurais vindos das zonas decadentes da cafeicultura ou pessoas atrás de empregos urbanos²⁴.

Fruto da política estatal de importação de máquinas e equipamentos sem tarifas alfandegárias (PACHECO, 2010), nos anos 1950 e 1960 houve uma reordenação do litoral sul fluminense, que se deu basicamente nos municípios de Angra dos Reis e Mangaratiba, e voltou-se para a industrialização destes lugares. Antes disso, eram regiões ‘estagnadas’²⁵, suas localidades não sofreram grandes modificações sócio-espaciais após a decadência das grandes fazendas de cana e café no século XIX, e

²³ “Os líderes do IPES percebiam sua organização como ‘fórum adequado para os empresários... tomando decisões de caráter político bem orientadas e oportunas’. Viam-se também como o ‘governo privado’[sic] que deveria apoiar o ‘governo público’ que eles próprios inspirariam e equipariam com o seu pessoal. O tipo de atividades políticas que se exigia dos empresários requeria discrição e o IPES continuava sendo uma cobertura e um canal convenientes para expressarem suas demandas e exercerem sua ação de forma velada. Os líderes do IPES assumiram a formulação das diretrizes básicas do novo governo, bem como a deliberação sobre as pessoas que deveriam ocupar os postos-chaves na nova administração.” (p.441).

²⁴ Essa migração continuou ao longo das décadas, intensificando urbanização do país.

²⁵ Colocamos aspas à ideia de estagnação por ela ser muito generalizante, posto que foi o isolamento destas populações que propiciou sua independência econômica e sua particularidade social e cultural (DIEGUES, 2005; GUANZIROLI, 1983).

ficaram sendo habitadas por comunidades originárias destas antigas fazendas - descendentes de escravos e caiçaras²⁶ -, além dos índios guaranis.

Para Ribeiro (2007), o marco do início do processo de mudanças no litoral sul fluminense foi a construção dos estaleiros da Verolme, na Baía de Jacuecanga em Angra dos Reis, na década de 1950. Foi quando a região foi ocupada por galpões de armazenagem, grandes barcos para recepção, reparo e construção de navios. Paralelamente, houve uma expansão urbana. Já na década de 1960, também em Angra dos Reis, foi instalada a Central Nuclear, ocupando a praia de Itaorna - próximo à enseada da Piraquara, onde se encontram os rios Ariró, Bracuí e Mambucaba -, bem como foram feitos conjuntos residenciais na praia Brava. Ainda nesta década foram instaladas explorações de carvão por metalúrgicas²⁷.

Com isso, o município passou a ter uma economia relativamente diversificada e uma organização social bem distinta da que se tinha anteriormente, basicamente agrícola e desenvolvida por populações que ali viviam desde o tempo da Coroa. Ao longo dos anos 1950 e 1960, Angra dos Reis foi se tornando um polo industrial, de influência sobre outros municípios, Mangaratiba e Paraty. Iniciou-se simultaneamente a esse processo, uma corrida de trabalhadores para se empregarem nos estaleiros e um decréscimo nas áreas antes dedicadas à agricultura (PACHECO, 2010).

No período civil militar, Angra dos Reis foi declarada área de Segurança Nacional, através do decreto-lei n.º 72, em julho de 1969. Isso se deu porque o governo federal já previa a implantação da Usina Nuclear na região: a lei era delegada para capitais e municípios determinados pelo governo como de interesse nacional. Com a lei, os moradores passaram a não poder mais escolher pelo voto o seu prefeito, que passou a ser indicado pelo Presidente da República. Ao que consta na pesquisa de Ribeiro (2007), a inclusão de Angra dos Reis no título de Segurança Nacional atendeu a solicitação de um grupo de proprietários que faziam parte da Associação Comercial

²⁶ Diegues (2005), ao se debruçar sobre as populações do sul fluminense, do litoral paulista e do norte paranaense, aponta que ali existiam grupos sociais que, ao longo de gerações, deram origem a características culturais e sociais próprias, conhecidas como caiçaras. São populações cuja miscigenação – europeu, índio e escravo – frutificou numa maneira particular de ser, que vai desde a sua forma de festejar até a sua linguagem. Também estas populações possuem casas específicas – individuais e coletivas –, feitas de pau a pique, em locais entre as praias e a serra, e uma produção que combina a pesca coletiva e organizada, o extrativismo e a agricultura, voltada quase que exclusivamente para a sua própria subsistência. Este modo de vida se explica, segundo o autor, pelo desenvolvimento de técnicas e conhecimentos derivados da combinação dessas descendências e também da combinação destes conhecimentos com a natureza local: a Mata Atlântica e seus microecossistemas.

²⁷ Outros exemplos de indústrias que foram implantadas desse tempo em diante na região são: a Companhia de Comércio e Navegação, a Ishikawajima do Brasil Estaleiros S/A, o estaleiro EMAQ, o porto de minérios de Mangaratiba, as usinas hidroelétricas de Furnas Centrais Elétricas.

local. Ainda para o autor, para além do veto de escolha de seu prefeito, neste tempo também houve o sequestro da participação política dos angrenses, marcada pela cassação das lideranças políticas e sindicais.

No que se refere à Paraty, em 1947 o seu Código de Obras foi alterado, visando a delimitação de um bairro histórico, prevista no Decreto de Tombamento Estadual. Porém, em 1950 foi sugerido pelo chefe de Seção de História do Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN) que o conjunto arquitetônico e paisagístico do município fosse inscrito no Livro de Tombo Arqueológico Etnográfico e Paisagístico, criado pelo Decreto-Lei nº 25, de 30/11/1937 (ALMEIDA, 1997). Em janeiro de 1965 foi enviada pelo DPHAN ao Ministro de Educação e Cultura uma proposta sugerindo que fosse encaminhada ao Presidente da República uma minuta de decreto para que o município de Paraty passasse a ser considerado monumento nacional, mas tal iniciativa não teve êxito. Almeida (1997) enfatiza que esta iniciativa era vista como necessária, pois no início da década de 1960, Paraty já estava exposta à especulação imobiliária e à devastação florestal, uma vez que já havia a promessa da construção de uma estrada que ligasse o Rio de Janeiro a Santos, cortando todo o litoral sul fluminense.

As razões da construção da Rio-Santos era a de servir de via de comunicação entre as indústrias do litoral sul fluminense e permitisse a entrada do turismo na região. O jornal *Gazeta de Angra* apresenta diversas matérias sobre a construção de estradas no ano de 1960 no litoral sul fluminense, sendo o exemplo que mais chama atenção a construção da BR/6, promovida pelo Departamento Nacional de Estradas e Rodagens (DNER) no ano de 1966, para ligar Angra dos Reis a Paraty. A notícia intitulada “Estrada Angra-Parati”, de 25 de maio deste ano, traz a intenção do Departamento de fazer a primeira ligação rodoviária de Paraty com Angra dos Reis. Nas palavras da reportagem “Como se sabe, essa rodovia é pioneira e há locais onde a ação dos trabalhadores e das máquinas é feita em plena selva virgem” (p.1). Em 21 de agosto de 1966 o mesmo jornal noticia a visita do governador da Guanabara, Francisco Negrão de Lima, e sua comitiva ao local aonde passaria a estrada. Após o evento, o DNER acelerou a execução dos serviços de terraplanagem da área de construção, sendo um dos argumentos para isso o fato de que “o traçado da rodovia pioneira foi considerado pelos técnicos que a visitaram como um dos mais bonitos do Brasil.” (p.1). Ao mesmo tempo em que a constatação foi feita pelo governador e comitiva, estudos de viabilidade técnica e econômica para construção da Rio-Santos foram realizados pela empresa

Sondotécnica (entre os anos de 1966-1968), contratada pelo DNER. O estudo foi analisado por Pacheco (2010), e, segundo sua avaliação, o entendimento da Sondotécnica para a construção da Rio-Santos baseava-se na importância da rodovia para a segurança nacional, dada a presença das indústrias de interesse nacional em Angra dos Reis, mas também na sua importância para o bem estar social, dada a numerosa presença de praias, ilhas e matas existentes na região. Para Frattucci (2005), a ação teve por meta prioritária desvelar locais propícios para um turismo ‘sol e praia’, aquele onde a natureza é o elemento catalisador do lazer.

No dia 10 de maio de 1967, o *Gazeta de Angra* publica uma matéria sobre a visita da Companhia de Turismo do Estado do Rio de Janeiro (Flumitur) à Angra dos Reis, feita entre os dias 29 e 30 de abril deste ano. A instituição visitou diversas autoridades - “as classes empresariais e seus representantes”- para traçar planos e tomar providências para o desenvolvimento turístico da região sul fluminense. Além de Angra, o presidente da Flumitur, Omar Fontoura, e o dirigente, Sinésio Pires Cavalcanti, também visitaram Paraty. O objetivo geral das visitas era o de preparar para o final de maio de 1967 a assinatura de um convênio de turismo entre o Estado do Rio de Janeiro e o da Guanabara²⁸ “de modo a serem aproveitados os aspectos favoráveis da ampla costa marítima dos estados, numa conjunção de esforços da Secretaria de Turismo da Guanabara e da Flumitur do Estado do Rio.” (p.4)

A construção da Rio-Santos se deu ao longo da primeira metade da década de 1970, sendo aberta ao tráfego em 1975. E foi neste período que a região do litoral sul fluminense sentiu de maneira contundente os impactos das mudanças sociais e ambientais a que lhe foram destinadas desde 1950. Também foi o período que a área sofreu com mais intensidade a apropriação de suas terras pelo setor empresarial, com a chegada de um grande contingente de agentes públicos e privados do setor turístico (PACHECO, 2010; SANTOS FILHO, 2008).

Como mencionado, a construção da estrada foi um dos primeiros trabalhos de ordenamento territorial desenvolvido pela Embratur. Como o governo civil militar mostrava preocupação em tornar o turismo num espaço de investimento empresarial, projetos de gestão estatal no setor receberam destaque²⁹. A Rio-Santos fez parte do

²⁸ O estado da Guanabara foi criado em 1960, transferência da capital federal para Brasília, construída no governo de Juscelino Kubitschek e inaugurada em abril deste mesmo ano. Ou seja, em 1967, o Rio de Janeiro era um estado separado do estado da Guanabara (a separação existiu até o ano de 1975, quando houve a fusão dos dois estados, criando-se o estado do Rio de Janeiro).

²⁹ Exemplo disso é a própria fundação da Empresa, em 1966.

Plano de Aproveitamento Turístico (Projeto Turis), um projeto criado em 1970 para o reordenamento territorial de todo o litoral contido entre Santa Cruz, no Rio de Janeiro, e Santos, em São Paulo. Elaborado pela empresa francesa Scet Internacional, a pedido da Embratur, o Projeto Turis era “um planejamento normativo global, com estudos e normas de ocupação que integrassem as construções aos ambientes e às destinações turísticas, visando à maximização da rentabilidade de toda a região aliada a uma implantação adequada” (citado por SIQUEIRA, 1989, p.62).

O Projeto objetivava uma organização territorial do litoral fluminense e paulista inspirada em três modelos de desenvolvimento turístico franceses: Côte d’Azur, Languedoc-Rousillon e Côte d’Aquitaine. Em outros termos, além de ordenar o território, o Projeto tinha por meta capacitar técnicos brasileiros nas metodologias estrangeiras de planejamento turístico. A intenção de se contratar a empresa Scet Internacional era, portanto, a de nivelar a tecnologia brasileira em turismo ao que seria o centro mais especializado na matéria, para com isso realizar planos futuros de aproveitamento turístico (FRATUCCI, 2005). Tratava-se de uma ação voltada para um turismo de grande envergadura, a partir da lógica de transformar o lazer em objeto de consumo de camadas de alta renda.

A Embratur balizava a concepção governamental de progresso e unia diretrizes para atividades da ‘indústria do turismo’ ao interesse governamental de desenvolvimento econômico. Um dos sentidos dado pela Embratur ao desenvolvimento turístico foi a abertura da possibilidade para que o poder público pudesse desapropriar áreas de interesse para atividades turísticas: em 31 de janeiro de 1973, o decreto nº 71.791 dispôs sobre as zonas prioritárias para o desenvolvimento do turismo, ficando para a Embratur a tarefa de celebrar os convênios com os municípios onde elas estavam situadas. Sobre isso, na dissertação de Ribeiro (2007), encontramos a seguinte fala de José Marcos Castilho³⁰,

Lá em 74, Angra, ao longo de toda a Rio-Santos é declarada como área prioritária para a reforma agrária. Seis meses depois, essa mesma área é declarada Zona Prioritária de Interesse Turismo e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA - passa a ser subordinado à Embratur. O Plano de Desenvolvimento Físico e Territorial de Angra, feito em 81

³⁰ Foi prefeito eleito de Angra dos Reis e atuou durante o período de 1997 a 2000. Foi eleito pelo Partido dos Trabalhadores (PT) local, o qual foi fundador junto a diversas lideranças rurais que participaram dos conflitos da região, como Manoel Moraes, líder rural no conflito ocorrido em Santa Rita do Bracuí.

pela SECPLAN, porque o município não tinha gente para isso, incorpora já essas modificações. Incorpora também todas as propostas feitas pelo projeto TURIS, um projeto feito por uma consultoria contratada pela Embratur, que propõe a segregação do solo³¹ (p. 57).

Em 1972, áreas do litoral sul fluminense foram consideradas prioritárias para a reforma agrária, pelo Decreto nº. 70.986, contudo, a resolução nº. 413 expedida pelo Conselho Nacional de Turismo (CNTur) tornou a faixa litorânea do mar entre Mangaratiba e Bertioga, de até 01 km após o eixo da Rio-Santos, como Zona Prioritária de Interesse Turístico. A mudança de planos deu espaço para a eclosão de conflitos de terra em diversos pontos do litoral, como é exemplo os conflitos ocorridos em São Roque, Barra Grande e Taquari e em Campinho da Independência, todos estes em Paraty.

A revista *Rodovias*, produzida pelo DNER, fez uma reportagem sobre a Rio-Santos³²: a meta era de receber 500 mil visitantes estrangeiros durante o ano de 1973. Isso porque, segundo a Revista, a visão de Médici sobre o decreto nº 71.791 era a de que o mesmo declarava o ano de 1973 como o “Ano Nacional do Turismo”.

O setor rodoviário recebeu reforços consideráveis para a construção de novas estradas, para “o desenvolvimento das indústrias sem chaminés” (*Rodovias*, p.40). É exemplo desse empenho governamental a própria Rio-Santos, mas também outras obras feitas no início dos anos 1970, como a nova Rio-Bahia litorânea. Para esta rodovia havia um projeto turístico semelhante ao Turis: o Projeto Tursa. Além disso, havia projetos mais gerais para a implementação do turismo no país, como o Rotur, para preparação de roteiros turísticos, e o Tursen, que previa a instalação de centros turísticos, começando por Fernando de Noronha. A ideia do governo era fortalecer as bases de um turismo rodoviário:

O Ano Nacional do Turismo terá também o apoio de novas ligações multinacionais com o Uruguai, com a conclusão da pavimentação dos trechos da BR 116, ligando Pelotas a Jaguarão; da BR 153 entre Jeribá-Bagé- Aceguá; da BR – 158, que ligará Rosário do Sul a Santana do Livramento – todas

³¹Fala retirada pelo autor do Seminário “A trajetória da SAPE: e a influencia dos movimentos de resistência sócio-ambiental na conformação sócio-espacial de Angra dos Reis, a partir da década de 70”, feito pelo Laboratório de Estudos de Movimentos Sociais e Territorialidades, ocorrido em Angra dos Reis em 2006. Ver ribeiro (2007).

³² A revista não tem data. Apenas a reportagem foi encontrada no acervo da Biblioteca Municipal de Angra dos Reis por mim, em dezembro de 2015.

partindo de pontos na fronteira e favorecendo o intercâmbio comercial e turístico com os países da Prata (*Rodovias*, p.40).

O início da construção da Rio-Santos foi pelo trecho entre Angra dos Reis e Paraty, que se deu em ritmo acelerado “registrando-se um autêntico recorde em matéria de volume de terraplanagem no país” (*Rodovias*, p. 40) uma vez que as obras teriam de ser concluídas até fevereiro de 1973³³. Para o Projeto Turis, o esperado era que a estrada atendesse à densificação ocupacional das localidades consideradas de interesse turístico, dentro “dos padrões ditados pela natureza e pela realidade nacional” (*Rodovias*, p. 41). Ainda,

A filosofia adotada para a ocupação adequada da região não significa instalar, em suma, o contingente máximo de pessoas que ela comporta, mas equilibrar o número de residentes e o de visitantes, de modo que o total não venha nunca a comprometer as condições naturais e ecológicas da área. O princípio metodológico fundamental do projeto visa a alinhar as contingências que induzem a um planejamento lógico, em nível global, às tendências empresariais particulares. Só assim se poderá concentrar esforços para a consumação efetiva das metas conceitualizadas (p. 41)

Revigorando a economia precária de um litoral de 500 km, entre os dois maiores centros nacionais (Rio e São Paulo), o turismo na Rio-Santos deverá permitir a expansão harmoniosa, equilibrada do litoral. Para isso, foram examinadas e analisadas todas as áreas entre Santa Cruz e Santos. Como resultado ficou estabelecido que a costa entre Mangaratiba (RJ) e Bertioga (SP) apresenta condições efetivas para um desenvolvimento turístico orientado (p. 41)

Os elaboradores do Projeto Turis tinham certeza das consequências negativas que a construção da rodovia e o desenvolvimento turístico trariam para a região, no que diz respeito à preservação ambiental (SIQUEIRA, 1989): “Reconheciam também que sua implantação era meta prioritária no governo federal, então em plena época do ‘Brasil Grande’³⁴” (p. 62). Apesar de todo o planejamento ordenado pensado para a reorganização territorial do litoral sul fluminense pelo Turis, tal planejamento, ao cabo, declarou a vocação turística da região e legitimou uma reordenação espontânea da

³³ Informações retiradas do relatório enviado pelo diretor chefe do DNER, Eliseu Resende, ao ministro Mário Andreazza, obtida na revista *Rodovias*. Também consta na Revista que até julho de 1973, o DNER receberia da firma construtora o projeto de engenharia necessário à abertura do segundo trecho da Rio-Santos, entre Ubatuba e o Morro do Cabrão, perto de Bertioga – SP.

³⁴ Na década de 1970, o PIB do Brasil cresceu (11,7% em 1972). A crescente fase de altas taxas de crescimento do PIB do país se consolidou em 1979, quando também ficou apelidada de ‘milagre econômico’.

mesma, a partir da especulação imobiliária e da apropriação das terras por pretensos proprietários, feita através do uso da repressão física e psicológica aos moradores locais, com fins na sua expulsão (GUANZIROLI, 1983; ALMEIDA, 1997; RIBEIRO, 2007).

Conjuntamente, iniciou-se uma intensa e desordenada devastação ambiental em todo o litoral, como aponta Siqueira (1989): “Com frágeis equipamentos legais de proteção de uso do solo, as prefeituras dos municípios cortados pela estrada viram, aos poucos, muitas de suas florestas darem lugar a campos de golfe e quadras de tênis de poderosos empreendimentos turísticos³⁵” (p. 63). José Marcos Castilho, ao trazer a história do prefeito nomeado para Angra dos Reis no período da Segurança Nacional, o Almirante Jair Carneiro Toscano de Brito³⁶, relata aspectos de como a prefeitura reagiu à chegada dos empreendimentos.

Ele chamava a atenção para os impactos decorrentes destes projetos. Tinha uma preocupação muito grande que isso ia trazer um impacto grande para a cidade, o município, e de alguma forma ele estimulou os trabalhadores a reagir ao processo de expulsão da terra e se organizasse (José Marcos Castilho, entrevista concedida a Iby Montenegro de Silva. Angra dos Reis, em 16/11/2015)

A fala de José Marcos Castilho quanto a organização dos trabalhadores remete-se a chegada do Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral)³⁷ à região, que foi estimulado pelo prefeito. Também sua argumentação baseia-se no fato de que, por ter sido nomeado, o Almirante Jair Carneiro Toscano de Brito não tinha relações orgânicas com as disputas locais. Assim, e por conta das diretrizes militares, suas ações se voltaram para a diminuição de situações dos conflitos, contudo, sem ações para deter a violência privada.

Os conflitos e violências foram denunciados pelos documentos sindicais, pastorais e pelos moradores. Eles se deram pelas ações ilegais das empresas na apropriação das terras, forma esta denominada pelas narrativas como *grilo*. No caso de Rita do Bracuí, em Angra dos Reis, a luta foi deflagrada entre o Condomínio Porto do

³⁵ O predomínio foi de empreendimentos de médio e grande porte, como os espaços de veraneios e lazer, como o Condomínio Porto do Bracuhy, em Santa Rita do Bracuí, em Angra dos Reis, ou o Condomínio Laranjeiras, entre a Praia do Sono e Trindade -Paraty.

³⁶ Atuou durante o período de 1971 a 1983.

³⁷ O Mobral foi criado pela lei nº 5.379, de 15 de dezembro de 1967, no governo Costa e Silva, para a promoção da alfabetização funcional e educação de jovens e adultos da população brasileira. Mas, foi no governo do presidente Médici que o programa recebeu incentivos das empresas, através do decreto lei nº 1.124, de 8 de setembro de 1970., assinado pelo então presidente, que dava até 2% de desconto no imposto de renda para pessoas jurídicas que destinassem recursos ao programa.

Bracuhy e os moradores da localidade de Santa Rita do Bracuí, cuja origem remete aos tempos da escravidão. Já no caso do Condomínio Laranjeiras, em Paraty, a luta foi deflagrada entre a *holding*³⁸ Atlantic Community Development Group for Latin America (Adela)- Brazilian Canadian Corporation (Brascan) e os caiçaras que ali viviam.

Fratucci (2005) salienta que mesmo depois de iniciada a construção da Rio-Santos, o desenvolvimento turístico da região continuou a ocorrer de modo espontâneo e agressões ao ambiente continuaram. Em razão deste descontrole é que no período entre 1970-1980 tanto o governo nacional quanto o estadual investiram em ações de preservação florestal. O Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) passou a atuar na região para garantir o patrimônio ambiental do litoral. Conjuntamente, diversas unidades de preservação foram criadas. Para Ribeiro (2007), o planejamento do uso e ocupação do solo com áreas protegidas, ao menos em Angra dos Reis, foi expressão da pressão social para a proteção de áreas ambientalmente sensíveis à especulação imobiliária³⁹.

Uma destas áreas criadas foi o Parque Nacional da Serra da Bocaina⁴⁰, instituído pelo Decreto Federal nº 68.172 de 04/02/1971, com 130 mil hectares. Outra foi o Parque Estadual de Paraty-Mirim, em 1972, a partir do Decreto Estadual nº 15.927. Além desses parques, na Ilha Grande, a Praia de Aventureiro teve uma de suas partes transformada em Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul, em 1981; em Paraty, foi criada a Área de Preservação Ambiental do Cairuçu, em 1983; também foi criada a Área de Proteção Ambiental de Tamoios, em 1986.

Para tanto, foi feita a desapropriação das terras afetadas. O Parque Estadual de Paraty-Mirim, por exemplo, foi composto por terras – Fazendas Paratimirim e Independência- antes desapropriadas para colonização agrícola pelo Decreto Estadual nº 6.897 de 1960. Em 1972, o Estado do Rio de Janeiro criou o Parque Estadual de Paraty-Mirim,

³⁸ Cabe resumidamente dizer que, no plano internacional, a concentração econômica ao longo de todos os anos pré golpe, também se deu em nível financeiro e realizou-se através de um processo de integração entre empresas. A essa agregação de empresas, unidas em razão de negócios em comum, deu-se o nome de *holding*.

³⁹ Dentre outros, esta movimentação em torno da preservação do ambiente desembocou na formação da Sociedade Angrense de Proteção Ecológica (Sape), fundada em 1983. Para Ribeiro (2007) o surgimento do movimento ambientalista em Angra dos Reis deveu-se também ao surgimento de um incipiente movimento ambientalista nacional. A Sape acabou se expressando através de manifestações antinucleares e pela redemocratização da cidade.

⁴⁰ O Parque também abrangia (e abrange) áreas de São Paulo.

No entanto, alguns destes parques foram objeto de questionamentos quanto à sua instituição e quanto à sua demarcação. Exemplo disso foi o Parque Nacional da Serra da Bocaina, que sofreu uma alteração na extensão de seu território em 1972, pelo Decreto de nº 70.694, reduzindo sua abrangência. Segundo Almeida (1997) não foi consumada a totalidade da área porque constavam irregularidades na venda de quatro fazendas no Município de São José do Barreiro, onde se situa a sede do Parque, e uma em Paraty, justamente a parte envolvida no conflito entre caiçaras e a Adela-Brascan, em Trindade. Já as terras do Parque de Paraty- Mirim, ainda ocupadas por posseiros, por intermédio da Lei nº 7.220 de 19 de julho de 1973, foram doadas à Flumitur. Em 1976, por meio do Decreto Estadual 996, este Parque Estadual passou a ser “Área Estadual de Lazer de Paraty-Mirim”, destacando a área para o aproveitamento turístico.

É derivação da abertura da Rio-Santos a eclosão dos diversos conflitos por terra no litoral sul fluminense no período ditatorial, sobretudo, nos municípios de Angra dos Reis e Paraty. O impacto da construção da rodovia é associado por Ribeiro (2007) ao surgimento de um questionamento dos projetos de desenvolvimento feitos pelo Estado no litoral. Isso se confirma ao vermos a reportagem de capa da revista *Veja* do dia 28/11/1973, intitulada “As pobrezaas de um país rico”. É uma reportagem sobre a devastação das florestas brasileiras e traz o paisagista Roberto Burle Max como porta voz da defesa ambiental do Brasil. A reportagem mostra a preocupação de Roberto Burle Max em razão da construção da Rio-Santos: para o mesmo, havia uma desimportância notória do governo em relação a questão ambiental, que teria trazido a devastação do litoral sul fluminense e norte paulista ‘cobrindo matas, matando bichos e construindo uma estrada de primeira classe’ (p. 82). Sobre os dizeres de Burle Max e em nome do IBDF, o agrônomo João Bernardino Filho teria dito

Com relação à agressão que a Rio-Santos está fazendo àquela área, não tem dúvidas que está fazendo, porque quem não trabalha não realiza, não faz, não erra. Fazemos uma grande estrada de primeira classe naquela região por determinação, naturalmente, superior (*Veja*, novembro de 1973, p. 82).

A exemplo da fala acima, temos que o Estado tinha noção da devastação ambiental que a estrada causava a região, entretanto, as ações feitas pelo mesmo para a preservação ambiental não quis largar de mão a lógica desenvolvimentista e o atendimento aos grupos empresariais industriais e turístico.

No geral, os conflitos por terra ocorridos no litoral sul fluminense se deveram à maneira pela qual o Estado ditatorial agiu com relação às críticas feitas ao reordenamento ‘desordenado’ que se processava, como também se deveram à maneira pela qual o mesmo agiu com relação aos povos que nestas terras viviam: se omitiu quanto à existência destas populações, bem como não escutou as denúncias de violências feitas pelos sindicatos de trabalhadores rurais locais, organizações pastorais ou mesmo por pessoas sensíveis as demandas das populações locais, através de ofícios, jornais, revistas, documentários; ao mesmo tempo, permitiu a repressão feita pelo setor empresarial, quando não, agiu em favor dela.

3. O perfil do setor empresarial turístico e suas ações para a apropriação das terras do litoral sul fluminense no período ditatorial

A implementação de projetos de desenvolvimento como o Projeto Turis e a construção da estrada Rio-Santos nos mostra que não podemos entender o regime político que se configurou entre os anos de 1964-1985 como regido por segmentos militares autônomos: o regime também seguiu diretrizes dadas por civis, preponderantemente o setor empresarial. Os projetos supracitados foram feitos com claras diretrizes voltadas para a entrada do setor turístico na região, fato que ocasionou o descontentamento de parcelas das populações que ali residiam, sobretudo, frente à pressão para saída de suas terras. Como salientado, o empresariado do turismo que ali chegou tinha um perfil particular de ação para a apropriação das terras: fizeram uso do aliciamento, a fim de convencer aos trabalhadores a saírem de suas casas e roças, e fizeram uso da repressão física e psicológica, para expulsar os moradores que permaneciam em suas terras.

A ação penal número 866/73, de Amauri Pinto de Castro Monteiro Júnior, Carlos Vitor Alves Delamônica e Elza de Lima Monnerat, do acervo do *Brasil: Nunca Mais*, traz pistas sobre como operou a ação de apropriação das terras pelo empresariado turístico na região do litoral. Na ação há uma discussão referente aos conflitos fundiários ocorridos em Paraty em razão da Rio-Santos, baseada numa matéria publicada pela Revista *Veja*, em novembro de 1972. A discussão chama a atenção para as violências dos empresários contra as populações locais e afirma que elas se davam num contexto de disputas de interesses entre “grupos das classes dominantes” que estariam ocorrendo por detrás do projeto governamental.

O fato do projeto da Rio-Santos ter sido noticiado pela *Veja*, uma revista de alcance nacional, mostra a importância que o assunto tinha naquela época, como projeto de um ‘Estado empresarial’ para a região⁴¹. A *Veja*, publicação da Editora Abril, fazia edições sobre grandes projetos de engenharia da ditadura, em tom de apoio (CAMPOS, 2014). Além desta revista, outras também enalteciam os projetos governamentais que atendiam aos interesses empresariais, como a Revista *Quatro Rodas*, também publicada pela Editora Abril.

A revista *Quatro Rodas* de dezembro de 1967 (tempo em que ainda eram feitos os estudos da Sondotécnica), também deu destaque à estrada, demonstrando a expectativa por parte do empresariado para a região quanto às positivities turísticas da sua abertura: a natureza, o conjunto arquitetônico e cultural. Com o título “Entre a serra e o mar”, a revista convidava seus leitores a viajarem para as praias.

Entre todas essas praias oferecidas para você fazer o seu tranquilo verão, cidades que pararam no tempo e agora ressurgem, destinadas a serem escalas obrigatórias do turismo nacional: Mangaratiba, Angra dos Reis, Parati, Ubatuba, Caraguatatuba, São Sebastião, Ilha Bela, quase todas com registro na História do Brasil. A Rio-Santos, estrada a muito esperada para transformar esse pedaço do litoral numa nova Côte d’Azur – muito mais bela, diga-se de passagem – vai surgindo aos poucos, aos trancos e barrancos, e já dá passagem em muitos dos seus trechos (*Quatro Rodas*, dezembro de 1967, p. 68).

A reportagem da *Veja* apresenta como foi a entrada do turismo à região, a partir da narração da chegada de alguns empresários. A trajetória destes empresários revela a forma como eles entendiam a presença das populações tradicionais da região, bem como sua chegada à área.

Duas trajetórias narradas são as de Gibrail Nubile Tannus e de Maria Dutra, que disputavam a região do Sono, em Paraty. Esta localidade se encontra junto à divisa com São Paulo e destaca-se pela beleza de sua praia, situada numa bacia entre a antiga Fazenda Laranjeiras e a localidade de Trindade. No início da década de 1970, após o anúncio da construção da Rio-Santos, a Praia do Sono sentiu a chegada destes pretensos proprietários as suas terras.

⁴¹ Esta edição é anterior à edição mencionada acima, que destacamos por trazer as preocupações de Roberto Burle Max. Isso mostra que houve uma exaltação do projeto turístico da Rio-Santos por parte da revista, contudo, um ano depois, a mesma já evidenciava que tal plano havia se desorganizado.

Maria Dutra era filha de criação do general Idílio Sardenberg, ex-chefe do Estado-Maior das Forças Armadas. Era chamada de “Maria Brasa” porque mostraria “... que nem sempre os negócios eram feitos apenas com viagens de traineiras e sob o manto da justiça” (*Veja*, 01/11/1972, p. 65). Consta na revista que Maria Dutra viu o rancho que levantava na praia da Bexiga ser incendiado, sendo esta uma das ações repressivas dos demais empresários aos seus empreendimentos. Ainda assim,

...ela passou a comprar terras no litoral, mesmo sabendo que algumas eram disputadas às vezes até por quinze supostos proprietários. E, à medida que obstinadamente lutava para regularizar os títulos de propriedade, foi colecionando inimigos cada vez mais rancorosos e intrigantes (*Veja*, 01/11/1972, p. 65).

As disputas de Maria Dutra com outros empresários mostram que entre a classe empresarial também havia disputas e conflitos, dado o grau da especulação. Mostram também que entre eles se praticava a violência, muito embora em níveis bem diferentes daquela praticada contra os pescadores e agricultores.

Havia disputas, mas também havia concordâncias entre a classe empresarial: em outra ocasião, Maria Dutra teria entrado em acordo com o ex-fazendeiro, chefe de uma central de abastecimento no Rio e diretor de uma fábrica de tecidos, Carlos Borges, que, dos anos 1950 em diante, teria se transformado em proprietário de três mil hectares e 12 quilômetros de uma área de frente para o mar num trecho da baía da Ilha Grande.

Gibrail Nubile Tannus, o outro empresário apresentado pela *Veja*, era presidente da Engenheiros Associados S/A (Easa), empresa de produção de componentes eletrônicos, como transmissores de radiodifusão e transformadores, situada em São Paulo. Há diversos relatos de ações repressivas exercidas por ele aos moradores da Praia do Sono, e também da Praia Grande Cajaíba, próxima à primeira, e que igualmente abrigava centenas de caiçaras. Para se apropriar da área, Gibrail Nubile Tannus utilizou-se da prática do aliciamento, para convencer os agricultores a assinarem contratos de comodatos. Argumentava que assim eles teriam a posse da terra em seus nomes, contudo, com as assinaturas, o empresário passava a posse das terras para si, posto que o agricultor se reconhecia como comodatário e dava ao empresário o status de patrão, e, logo, de proprietário das terras.

Quando os moradores da Praia do Sono e da Cajaíba resistiam a assinar os contratos, Gibrail Nubile Tannus utilizava-se de ações de repressão, como a queima das

casas, a inviabilização da sua produção e reprodução social através do cercamento das áreas e da soltura de gado. Segundo o empresário os trabalhadores atuavam à revelia dos contratos assinados. Para Cavalieri (2003), com esse argumento, o empreendedor forjava uma cobertura legal às suas ações. De um modo geral, a investida dos empresários e empresas que agiram na região do litoral sul fluminense na expulsão das populações de suas posses se deu a semelhança das investidas feitas por Gibrail Nubile Tannus.

O conflito ocorrido em Trindade é exemplo de que a ação repressiva não foi apenas desencadeada por indivíduos que eram ou se diziam representantes de empresas ou empreendimentos, mas pelas próprias corporações. Como salientado, o conflito foi deflagrado entre os caiçaras e a *holding* Adela - Brascan, no começo da década de 1970. O grupo se interessava pela construção do Condomínio Laranjeiras: com a perspectiva de abrigar 70 mil turistas, o empreendimento visava a construção de três hotéis, um *camping*, dois clubes e um grande centro cultural, com salas para seminários e para festivais de música e de teatro.

Szmrecsányi (1986), analisando a origem do grupo empresarial Light no Brasil, traz elementos importantes sobre a Adela-Brascan. A Light foi um empreendimento gerador de altos lucros para seus acionistas. Tais lucros foram se acumulando através do tempo, até o momento da compra de ativos da empresa pelo governo brasileiro, dando origem ao conglomerado financeiro Brascan (SZMRECSÁNYI, 1986)⁴². Por sua vez, Dreyfuss (2008) considera a *holding* como a mais representativa do processo de integração capitalista, internacionalização e centralização organizacional que ocorreu entre as décadas de 1950 e 1960 no Brasil. Sua formação se deu em 1962, a partir de recomendações de um grupo de especialistas empresariais, encabeçadas pelo vice presidente da Standart Oils New Jersey (grupo Rockefeller) e pelo vice presidente da Fiat (complexo Agnelli). A *holding* entrou em ação em setembro de 1964, quando registrada no Grão Ducado de Luxemburgo. Ela operava na América Latina através de um escritório em Lima, no Peru, e a partir de parlamentares da Otan e senadores dos Estados Unidos. A organização consolidou-se no fim da década de 1960 e, em 1972,

⁴² Para o autor, isso se deu devido ao seu porte empresarial e financeiro da Light, que lhe permitiu criar formas alternativas para a reprodução ampliada de seu capital. Dentre outros, ela acumulou patrimônios imobiliários nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, a baixo preço, via desapropriações para fins de utilidade pública – distribuição de energia –, ampliado para muito além do que seria o estritamente necessário para isso (SZMRECSÁNYI, 1986). Nessa situação, o conglomerado financeiro Brascan se tornou uma grande empresa no país.

incluía cerca de 240 companhias industriais, bancos e grupos de interesses financeiros de 23 países⁴³.

Era um dos maiores complexos industriais e financeiro internacionais, o que fez com que tivesse consideráveis recursos e canais de informação; também fez com que ela pudesse exercer forte pressão sobre os governos dos países em que operava. Sua função era, portanto,

... explorar as oportunidades de investimentos para as corporações multinacionais e criar um clima favorável para investimentos usando sócios locais, um papel político que era interiormente exercido pelos governos dos países onde as matrizes destas companhias estavam situadas. Além disso, a Adela objetiva o desenvolvimento de uma estratégia de penetração através de investimentos diretos, assistência técnica e perícia administrativa, análise de mercado e comunicações com instituições financeiras internacionais, estendendo suas atividades a praticamente todos os setores econômicos. (DREIFUSS, 2008, p. 70)

Além de uma organização supranacional, a Adela ainda operou como investidora, envolvida nas atividades econômicas de diversas companhias brasileiras, como a Klabin Irmãos e Cia, o Banco de Investimento Industrial S.A., o Banco Safra de Desenvolvimento S.A. e outros. A *holding* também assumiu o papel de mediadora entre instituições financeiras internacionais e os países latino-americanos, no planejamento do desenvolvimento destes últimos. Dreifuss afirma ainda que, para garantir seus interesses, as companhias participantes da *holding* estiveram à frente da campanha contra o governo de João Goulart, “dando apoio financeiro e agindo através de seus diretores que operariam como ativistas políticos”. (DREIFUSS, 2008, p. 71).

Se não podemos dizer com precisão que as investidas da Adela–Brascan no entorno da Praia do Sono e Trindade tiveram favorecimento direto do governo ditatorial, podemos afirmar que suas ações repressivas aos moradores destas localidades foram favorecidas pelos projetos de desenvolvimento do Estado nacional e estadual, e facilitadas pela sua omissão.

Títulos de propriedade da Fazenda Laranjeiras, então pertencente ao ex-governador do Estado da Guanabara, Carlos Lacerda, foram vendidos à Adela–Brascan.

⁴³ Para saber o nome de cada empresa, ver o trabalho de Dreifuss (2008) - apêndice A.

Conforme entrevista com Jair da Anunciação⁴⁴, concedida a Iby Montenegro de Silva em 30/11/2014, a compra foi uma ação compartilhada entre o ex-governador e José Santinoni. Este a teria vendido para Carlos Lacerda, que, por sua vez, a teria vendido para a *holding*. A fazenda foi dividida em diversas partes, sendo que a Companhia Parati Desenvolvimento Turístico Ltda. ficou com a gleba maior. Essa Companhia era subsidiária do grupo Adela-Brascan e tinha por presidente o general Candau da Fonseca, que havia sido presidente da Petrobras (SNI. Relatório. Incidente envolvendo equipe de técnicos do Mirad-RJ. Relatório elaborado por Sheyla O. da Fonseca, em 25/11/1987. Memórias Reveladas/Arquivo Nacional, AC_ACE_64558_87). Com um gasto total de 15 milhões de dólares, a *holding* construiu o Condomínio Laranjeiras. A execução dos planos foi entregue à Paraty Empreendimentos e Melhoramentos Ltda.

Jair da Anunciação, ao refletir sobre os impactos do conflito em sua vida cotidiana, disse: “Então, acontece o seguinte: a gente abandonou a pesca de alto-mar. Porque eu trabalhava num barco de Santos. Eu passava um mês, dois meses no mar, pescando” (entrevista concedida a Iby Montenegro de Silva, em 30/11/2014). O medo de ficar longe da família por conta da presença de *jagunços*⁴⁵ da Adela-Brascan em Trindade mudou brutalmente a rotina de trabalho e a sociabilidade da população local: muitos abandonaram suas casas e roças por não resistirem ameaças constantes e isso fez com que diminuíssem em muito a prática do *mutirão*, quando a comunidade opera conjuntamente nos afazeres, seja de cultivo, doméstico ou religioso.

Além da Adela-Brascan, outro exemplo é a White Martins S/A, que, também na década de 1970, agiu violentamente contra os moradores da localidade de São Gonçalo, em Paraty. Aproximadamente em 1936 a área foi comprada pela empresa que tentou estender cada vez mais seu território. Muitas pessoas, ainda naquela época, fizeram um contrato com a companhia, reconhecendo-a como proprietária e pagando uma pequena renda. Outros não assinaram o contrato. Por ocasião da construção da Rio Santos, a White Martins alegava ser dona das terras, mesmo sendo a sua titulação da área de origem duvidosa. Era também acusada de tentar se apoderar de terras públicas. Foi em torno de 1972 que a empresa buscou expulsar os moradores locais, “sendo que algumas

⁴⁴ Jair da Anunciação era, na época, pescador e morador de Trindade e foi uma das lideranças na resistência dos trabalhadores contra a Adela-Brascan.

⁴⁵ Termo encontrado nos documentos sindicais e de organizações apoiadoras dos trabalhadores; também encontrado em jornais, para designar aqueles que executaram a ação de repressão contra os trabalhadores do campo.

vezes portavam metralhadoras” (Fetag/RJ. *Relatório sobre os problemas dos posseiros de Paraty*, 15/10/1981. Acervo do NMSPP/CPDA/UFRRJ).

Siqueira (1984) aponta que a empresa chegou a contratar um policial carioca, que bateu nos posseiros, desrespeitou-os e acabou matando dois deles, o lavrador Amâncio Bonifácio da Cruz e seu filho Vitório. Esse policial era Ciro Machado, que se dizia sargento reformado da Polícia Militar. E “quando os jagunços são denunciados ou processados, a Cia. simplesmente os substitui como fez no caso do Ciro Machado” (Fetag/RJ. *Relatório sobre os problemas dos posseiros de Paraty*, 15/10/1981. Acervo do NMSPP/CPDA/UFRRJ).

Antes da chegada das empresas e dos empresários ao litoral sul fluminense, havia certa esperança entre as populações locais de que a abertura da estrada seria um benefício, uma vez que garantiria a eles um menor tempo de viagem às cidades. No entanto, a carta da Sociedade de Defesa do Litoral Brasileiro (SDLB)⁴⁶ intitulada “Reflexões sobre a Rio-Santos e os problemas criados a partir dela”, afirma:

Comunidades inteiras de pescadores foram prejudicadas. Ao invés de lhes trazer as facilidades do transporte e da vida moderna, vieram tratores das próprias companhias construtoras da rodovia e os especuladores imobiliários, companhias agroindustriais cuja indústria era o turismo, e que trazem consigo a destruição da própria mercadoria que vendem, ou seja, a beleza e um modo de vida característico da região, seu equilíbrio ecológico. Tanto os tratores como especuladores nunca respeitaram os direitos seculares de posse das comunidades caiçaras: enxotaram-nos simplesmente, para as favelas das cidades mais próximas, pagando-lhes um mínimo equivalente pelo valor de suas posses, levando-os a marginalização social e cultural (SDLB, 09/1978).

Segundo os relatos dos antigos moradores, é um exemplo de empresa que levou as populações locais à marginalização social e cultural o *resort* Porto do Bracuhy, que chegou à área de Santa Rita do Bracuí nos anos 1970. Situada em Angra dos Reis, era uma antiga fazenda de café que no século XIX havia pertencido ao comendador José de Souza Breves. Ele e seu irmão⁴⁷ eram donos de diversas fazendas na região do litoral sul

⁴⁶ Uma sociedade criada pelos estudantes que frequentavam a praia de Trindade e os caiçaras locais, para juntos atuarem contra a Adela-Brascan. No processo conflitivo, a Sociedade contou com o apoio do advogado Sobral Pinto, através do advogado representante de seu escritório, Jarbas Penteado. Ao longo de sua existência, a SDLB não só atuou em Trindade, mas também em outras praias de Paraty que sofreram conflitos semelhantes, como a Praia do Sono.

⁴⁷ Seu irmão, Joaquim de Souza Breves, também era produtor de cana e café na região e possuía portos e navios em Mangaratiba.

fluminense, como uma em Marambaia, utilizada como ponto de observação para ter o domínio do mar e como local para o desembarque de africanos que iam servir de escravos de fazendas da região⁴⁸ (BRAGATTO, 1996).

Narrativas dos moradores de Santa Rita do Bracuí sobre os conflitos vividos na década de 1970 são encontradas em relatos coletados pelo Laboratório de História Oral e Imagem da Universidade Federal Fluminense (Labhoi/UFF) e pela pesquisa *Conflitos por terra e repressão no campo no estado do Rio de Janeiro (1946-1988)*; também no documentário *Velhas lutas, Jovens Histórias*, do observatório jovem da UFF e em jornais da época, encontrados na Biblioteca Municipal de Angra dos Reis. Elas revelam uma relação desta população com a terra que passa pela representação coletiva da história das lutas travadas nos anos 1970 -1980 e pela sua origem, remetida ao tempo da escravidão.

Na fala de José Adriano da Silva e de Manoel Moraes, lideranças que atuaram no conflito de Santa Rita do Bracuí, encontradas no documentário *Velhas lutas, Jovens Histórias*, temos:

A gente é cria daqui. Nasceu, sofreu aqui dentro e está até hoje. Então, eu acreditava que eles não mexessem com a gente. (José Adriano da Silva)

Sou descendente da escravidão. Meus bisavós foram escravos. E o José Breves de Souza, ele era dono dessas fazendas aqui. Aqui tudo. E antes de morrer ele fez uma ‘dalva’ para o pessoal que era escravo da fazenda. E nós vivemos até hoje na fazenda, apesar de muita grilação. Tem grilação destas terras batendo aí, querendo roubar. A Bracuhy mesmo, esse porto, a Bracuhy.” (Manoel Moraes)

Além das falas acima, os documentos que tratam do conflito e a dissertação de Bragatto (1996) mostram relatos de que as terras da fazenda do Comendador Breves foram doadas por ele à padroeira da localidade, Santa Rita: havia sete imagens dela e uma continha dentro de si os documentos que comprovariam a posse das terras aos ex-escravos e seus descendentes de três gerações⁴⁹.

Tendo isso como prova, após a morte do Comendador Breves antigos escravos da fazenda passaram a viver no local, sem perturbações de grande escala. No entanto,

⁴⁸ Após a proibição do tráfico de escravos, o local ficou sendo usado para desembarque clandestino.

⁴⁹ Em 15 de janeiro de 1877, José de Souza Breves havia feito um testamento em que assinava a doação em regime de usufruto das terras aos escravos que nelas trabalhassem. O testamento foi registrado no cartório de Pirai no ano de 1879, ano da morte do comendador.

pelas narrativas coletadas por Bragatto (1996), “nenhum dos acontecimentos é chamado de conflito e a nenhum deles foi atribuída a importância dada ao ocorrido durante os anos 1970” (p. 112). A autora refere-se à perda de parte das terras para a Companhia Porto de Bracuhy.

O início deste acontecimento se deu nos anos 1960, quando Correia, então presidente da “sociedade civil de proteção dos lavradores”⁵⁰ propôs à população local a regularização das terras herdadas pelos antigos escravos da Santa Rita do Bracuí. Também propôs que, a cada dez alqueires de terras legalizadas, três ficariam para a associação. Muitos aceitaram. Dois anos depois, nenhuma terra tinha sido legalizada (BRAGATTO, 1996). Segundo José Adriano da Silva, que foi entrevistado pela Bragatto, Correia era um *grileiro* e tinha influenciado Antonio Azevedo – de apelido Âmbar – a fazer o pedido de usucapião das terras da fazenda.

Âmbar era comerciante e, conforme a autora, tinha certo prestígio econômico junto aos demais moradores. Também exercia certa liderança. Em 1967, ele entrou com ação de usucapião sobre 32 alqueires de terra, onde havia famílias, e a vendeu para Renato Xavier, que era dono da Empresa Incorporados Bracuhy Administração, Participações e Empreendimentos Ltda. Com isso, passou a fazer contratos com os antigos moradores para apropriação das terras da fazenda, por valores irrisórios. Muitos deles aceitaram o contrato, por medo de perder tudo que tinham.

Num jornal angrense *A Mare*⁵¹, de dezembro de 1980, há uma carta escrita por Manoel Moraes, que explicita a situação dos moradores após a chegada da Empresa Incorporados Bracuhy:

Hoje, depois da Rio-Santos, aparecem pessoas que se dizem donos, através da inteligência e do corpo de advogados conseguem enganar os posseiros, dizendo que são donos da terra e por aí oferecem a indenização dizendo que se a pessoa não aceitar sairá sem direitos. E isso que aconteceu na Fazenda Santa Rita do Bracuhy (p.3).

Ao longo das décadas de 1970 e 1980 os moradores da Fazenda Santa Rita foram ameaçados de expropriação pela Empresa Incorporados Bracuhy Administração, Participações e Empreendimentos Ltda. O empreendimento tinha por objetivo construir

⁵⁰ A pesquisa *Conflitos por terra e repressão no campo no estado do Rio de Janeiro (1946-1988)* não conseguiu maiores informações sobre a organização.

⁵¹ O jornal foi fundado em 1980. Desde o final da década de 90, passou a se chamar *Maré Alta*.

na região da antiga fazenda um condomínio de luxo, o Porto do Bracuhy, e, para tal, houve a colocação de cercas de arames, a soltura de gado nas lavouras dos trabalhadores, o desvio de leito do rio Bracuhy, impedindo os moradores de terem acesso à água.

Sobre este último ponto, Maria Emília Pacheco, que neste tempo trabalhou pela CPT na região do litoral sul fluminense, afirma que o objetivo era fazer ancoradouros, pois o empreendimento turístico era à beira-mar. Manoel Moraes, na mesma carta, afirma que a ação, para além do impedimento de acesso ao bem, causava transtornos no dia a dia da população, uma vez que a retirada das pedras do rio impedia a travessia dos alunos da região para a escola.

Na leitura de Bragatto (1996), a questão do rio foi outro artifício usado pelos empreendedores para retirar os moradores de Santa Rita do Bracuí: a ideia era confundir os moradores quanto aos seus direitos às terras. José Adriano da Silva relatou para a autora que o empreendimento tinha oferecido a ele um lote de 20 m² no alto da serra. Porém, as terras onde o agricultor morava possuíam uma fonte de água, que alimentava as casas construídas pelo empreendimento. Nos momentos de enfrentamento com os administradores do Porto de Bracuhy, ele, além de não ter aceitado sair de suas terras, passou a não mais deixar que tirassem água da sua fonte. A partir de então, José Adriano da Silva encontrou “homens de Bracuhy” rondando sua área.

O processo de expropriação foi “até do nome”, afirma o depoimento de José Adriano da Silva e Dona Deodata, também coletado pela autora. O nome da fazenda e de Santa Rita viraram o nome do empreendimento e da imobiliária que vendia os terrenos na área ocupada pelo complexo turístico. Para Deodata, “... isso tudo foi uma tentativa de confundir o povo, acabaram tirando as pessoas do lugar, roubaram das pessoas o lugar, mas primeiro roubaram o nome” (BRAGATTO, 1996, p. 40).

Siqueira (1984) sintetiza o que ocorreu às comunidades do litoral sul fluminense com a chegada do setor empresarial as suas terras:

Na década de 60, vários fatores vêm tirar o caixara de seu isolamento. As vias de acesso ao litoral norte paulista são melhoradas, a Petrobrás se instala na região (atraindo pessoas de outras localidades em busca de novos campos de trabalho) e o turismo na Baixada Santista inicia seu processo de saturação, fazendo com que pessoas de maior poder aquisitivo busquem outras áreas de lazer. Além disso, em 1965, um ano após a “Revolução de 64”, a Rede Globo de Televisão começa a

penetrar no litoral, invadindo recantos distantes, difundindo outros padrões de comportamento e provocando exigências nunca antes imaginadas

...

Nesses vinte anos, os caiçaras que conseguiram sobreviver em suas terras descobriram um fenômeno novo em sua sociedade: os que foram para a cidade receberam dela somente o pior, a favela, a periferia infecta, a marginalização. E o preconceito que o ‘homem da cidade’, o ‘branco civilizado’ tem em relação a eles. Aurélio Buarque de Hollanda, no seu Dicionário da Língua Portuguesa, registra o consenso capitalista sobre o caiçara. Para quem só vê o lucro e a ganância como a grande finalidade de vida, o caiçara com sua maneira calma de ser, com sua mística e sua visão de mundo, é o mesmo que ‘vadio, preguiçoso e indolente’.

Essa experiência amarga e sofrida lhes ensinou uma lição: a de que é preciso se mobilizar para enfrentar não somente os grupos econômicos nacionais interessados em suas terras, mas até mesmo os poderosos *holdings* internacionais que vêm nesse litoral o paraíso do lucro.

E nessa luta dos caiçaras pela posse da terra e manutenção de sua identidade e cultura, o apoio que outros setores possam lhe dar é de fundamental importância. Pois o que aconteceu com os indígenas, os primeiros posseiros nestas terras brasileiras, se repete com os caiçaras: genocídio (SIQUEIRA, 1984, p. 16 e 17)

Percebe-se que, além da repressão sofrida, as populações locais também se viram lutando pela permanência da sua forma de ser, sua sociabilidade, sua mística, sua visão de mundo. A resistência também contribuiu para esse tipo de permanência: além do direito a terra, esta foi uma luta por identidade.

No documentário *Velhas lutas, Jovens Histórias* tanto os antigos moradores de Santa Rita do Bracuí, quanto os jovens e atuais moradores, associam às lutas tidas na década de 1970 a um processo de construção de identidades: as narrativas revelam heranças de tradições construídas ao longo de gerações, e revelam que a existência dos conflitos fez construir entre eles símbolos de luta pela permanência na terra e pela reprodução social. É exemplo disso a forma como os moradores de Santa Rita do Bracuí se referem ao jongo. O ritmo, também conhecido como caxambu, é de origem africana, chegando ao Brasil junto com os negros de origem bantu trazidos como escravos para trabalhar nas fazendas de café do Vale do Rio Paraíba. O Relatório Histórico-Antropológico sobre Santa Rita do Bracuí, que registra a definição dos moradores como remanescentes de quilombo, afirma que a ancestralidade desta população, bem como

suas reivindicações, encontram-se relacionadas à opressão histórica sofrida pelo grupo, pelo tráfico de escravos e pela expropriação de seus territórios tradicionais. Dentre os marcos definidores de sua identidade étnica e cultural, o grupo afirmou ser o jongo uma construção de uma expressão histórico-cultural como outras expressões simbólicas e sociais, feitas em torno da terra e da memória construída em torno dela.

Essa visão de processo histórico relacionada à luta pela terra e pela identidade é reiterada por Délcio Marques, filho de moradores atingidos pelo conflito ocorrido em Itapinhoacanga, Angra dos Reis, e participante da Pastoral da Juventude nos anos 1980 (órgão que esteve junto as lutas dos trabalhadores do campo no município):

A gente começou a perceber que o jongo foi ganhando no Bracuí uma dimensão interessante. Isso foi legal. A criançada entrou, e os mais velhos retornaram. (...) Foi um momento que eu não consegui viver; falar do jongo com o orgulho que eles falam hoje. Angra hoje, a galera sempre convida para fazer um jongo. Você tem essa coisa de falar do jongo muito dentro dos espaços. Mas, assim, numa caminhada difícil para caramba. Mesmo o jongo tendo ficado parado esse tempo todo, ele era muito presente na fala das pessoas, nas lembranças. (Délcio Marques, em entrevista para o documentário *Velhas lutas, Jovens Histórias*)

Ele também se remete ao tempo ditatorial, quando muitos agricultores foram morar nas periferias de Angra dos Reis e Paraty. Em entrevista feita pela pesquisa *Conflitos por terra e repressão no campo no estado do Rio de Janeiro (1946-1988)*, ele afirma que a sociabilidade existente nos antigos espaços rurais – festas e ritos religiosos - encontrou dificuldades para se perpetuar nestes novos ambientes, seja pela dispersão dos antigos moradores nas distintas favelas, seja pelo preconceito dos ‘novos’ moradores (veranistas e pessoas vindas de outras regiões) às suas formas de ser.

Além da resistência por identidade que desembocou na construção de símbolos de luta, ressalta-se também no processo conflitivo ocorrido no litoral sul fluminense o surgimento de sujeitos políticos. O termo *caiçara* foi acionado como uma categoria política, para nominar os nativos da zona costeira que resistiram em suas terras ante a apropriação delas pelo empresariado. Ainda hoje o termo é usado para caracterizar estes mesmos moradores, frente aos conflitos atuais ou no sentido de marcar um turismo diferente ao existente atualmente: um turismo regido pelas comunidades, ou, como é denominado, um turismo de base comunitária e de caráter tradicional.

Na outra ponta, o termo *grileiro* foi (e é) utilizado para designar agentes externos que se instalaram (a ainda seguem se instalando) na região, dizendo-se proprietários das terras, utilizando-se de violência para tanto. Os termos não surgiram espontaneamente, mas lado a lado com um processo de organização política das comunidades, mediada por pessoas (estudantes, advogados, padres) e por instituições (como é o caso da CPT, da Pastoral da Juventude, da Fase, dos STRs de Angra dos Reis de Paraty).

O uso dos termos assemelha-se ao uso dos termos *posseiros* e *grileiros*, encontrados por Grynszpan (1987). O autor se dedicou a estudar os conflitos por terras ocorridos na Baixada Fluminense entre os anos de 1950 e 1960, e constatou que ao mesmo tempo em que uma grande atividade de loteamento ocorreu na Baixada Fluminense, trabalhadores rurais foram despejados. Essas ações progressivamente provocaram ações de resistência, dando surgimento a categorias políticas, ou seja, categorias de enfrentamento: o termo *grileiro* foi utilizado para designar aqueles que se apropriavam de terras dos trabalhadores, que, por sua vez, passaram a se identificar como *posseiros*.

4. Considerações finais

A peculiaridade dos conflitos ocorridos no litoral sul fluminense em relação aos demais conflitos por terras ocorridos no estado do Rio de Janeiro no período ditatorial consiste no fato de que, apesar da intensa violência cometida contra as populações camponesas, nos documentos da polícia política da ditadura não houve denúncias de tentativas de *subversão da ordem* (com exceção das feitas contra alguns de seus mediadores, como o clero local). Tais violações, portanto, estão relacionadas a um contexto de grandes transformações econômicas; crescimento do interesse nas terras por agentes externos; expropriação; dificuldade de organização e denúncia dos que ali estavam. Os casos ilustram a outra face do que foi a repressão exercida pelo regime civil militar: ações de violações de direitos voltadas para a facilitação dos interesses empresariais.

Contudo, só existiram conflitos porque houve resistências. Foi no processo provocado pelo reordenamento territorial, promovido pelos projetos de desenvolvimentos, que ocorreu um “fazer-se” de sujeitos políticos, para tomar como perspectiva o pensamento de Thompson sobre a formação das classes. De um lado formaram-se os *caiçaras*: as populações locais ao depararam com a ameaça de serem

expulsos de suas terras, se organizaram, constituindo-se como atores políticos. Do outro, constituíram uma representação do empresariado que os ameaçava: o *grileiro*, ou os empresários que utilizaram de diversos artifícios – aliciamento, repressão – para expulsá-los de suas terras e para se apropriar delas.

A formação destas categorias representativas traz a ideia de que as lutas de resistência não se trataram apenas de uma luta pela ‘terra em que se planta o que comer’, mas também de uma luta pela *terra*, ou seja, um lugar que contém uma dimensão social: lugar aonde estas comunidades construíram seus ritos, suas relações familiares e de afetos. Ou seja, para além de terem sido conflitos por um espaço de sobrevivência, foram conflitos pela permanência de identidades construídas por estas populações há gerações: valores e significados compartilhados. Desta forma, a identidade destas comunidades assumiu forma defensiva no desenrolar dos projetos de desenvolvimento do regime ditatorial, colocando-se em oposição aos limites e controles impostos pelos governantes e empresários. Tratou-se, portanto, de lutas contra uma ‘ditadura do desenvolvimento’ que, extinguiu populações e tradições⁵², muito embora tais lutas tivessem precedido ao regime e permanecido após o seu término.

Thompson (1998), ao narrar sobre a luta da plebe inglesa do século XVIII pela defesa de suas tradições frente ao processo de industrialização, traz elementos interessantes, que nos ajudaram a elaborar a afirmação acima. Para o autor, a esta plebe

... estava sujeito a pressões para ‘reformatar’ sua cultura segundo normas vindas de cima, a alfabetização suplantava a transmissão oral, e o esclarecimento escorria dos estratos superiores aos inferiores – pelo menos, era o que supunha. Mas as pressões a favor da ‘reforma’ sofriam uma resistência teimosa; e o século XVIII viu abrir-se um hiato profundo, uma profunda alienação entre a cultura patricia e a plebe. (THOMPSON, 1998, p.13).

O costume, a tradição, a memória dos povos que viviam a gerações nas terras do litoral sul fluminense se viu diante de situação semelhante as das populações plebes descrita por Thompson: dentro da reforma territorial promovida pelo Estado em atendimento aos interesses empresariais não cabia os ‘remanescentes do passado’. A justificativa que se dava pelo governo ditatorial para a expulsão e negação das

⁵²Para Thompson (1998) é no romper do costume que ele é disputado “longe de exibir a permanência sugerida pela palavra ‘tradição’ o costume era um campo para a mudança e disputa, uma arena na qual interesses opostos apresentavam reivindicações conflitantes”.

comunidades a sua participação no processo de reordenação era a de que estes eram frutos de antigos costumes, não condizentes com a marcha do progresso.

Na ‘Nota para o leitor’ publicada pela *Veja* de 1970, encontra-se esta visão pelo empresariado do modo de vida caíçara da população trindadeira:

Trindade fica no litoral sul fluminense, entre São Paulo e Rio-
mas os seus habitantes, com raríssimas exceções, conhecem
essas duas cidades só ‘de ouvir falar’. O repórter Nello Pedra
Gandara e o fotógrafo Carlos Namba foram à procura de
Trindade, 55 quilômetros de morros, lama, pedra e mato ao
norte de Parati, antes que lá chegasse uma comissão nomeada
pelo governo fluminense para levantar as condições de vida do
povoado esquecido. Na página 52 o repórter e o fotógrafo da
Veja mostram a vida primitiva e precária da gente de Trindade,
que ignora a coca-cola e a televisão e chama o visitante de
‘irmão’ em conversas recheadas de citações do Evangelho.
(*Veja*, 1970)

Trata-se de uma visão de distanciamento e subordinação por parte do empresariado das práticas sociais destes grupos. Perdia-se, com a ideia de busca pelo progresso, o sentido de costume como algo singular, como algo legítimo destas populações. Perdia-se o sentido de suas histórias, suas memórias: a conduta inercial e habitual dos homens, para usar os termos de Thompson sobre o conceito de cultura.

Apesar de que na década de 1950, quando começou o processo de industrialização no litoral sul fluminense, alguns moradores terem ido realizar trabalhos não agrícolas, e, apesar da esperança deles na construção das indústrias e das rodovias como forma de ter acesso a infraestruturas básicas (como luz e transporte), a chegada destes empreendimentos estatais causaram um rompimento social e cultural e refletiu na saída de grande parte destas populações da região: alguns relatos apontam que este foi um artifício de despejo, por parte do Estado empresarial. Na fala de Margarida, uma antiga moradora da fazenda Santa Rita do Bracuí:

Eu era moça, a gente conheceu o mutirão, depois a gente casou,
a coisa foi mudando. E acabou esse costume antigo do povo,
parece que a Rio-Santos tinha trazido progresso, que não era
importante estar naquela luta, né, que veio trazendo as
indústrias, firmas, trabalho assim de emprego, então as pessoas
foram se iludindo com o trabalho de emprego e foi largando um
pouco suas benfeitorias, então por aí terminou aquele costume,
aquela união do mutirão da roça (BRAGATTO, 1996, p. 108-
109).

Em entrevista a Iby Montenegro de Silva e Leonilde Servolo de Medeiros, Maria Emília Pacheco informou que a mudança de ordenação territorial e a situação de pressão e violência em que se encontravam os moradores em relação à chegada destes empreendimentos acabaram por causar divergências entre as próprias famílias. Sobre a chegada da Usina Nuclear, Maria Emília Pacheco diz: “E tinha divergência entre os parentes porque havia aqueles que achavam que já não era possível mais viver da terra e que era preciso buscar trabalho na Usina. Muitas mulheres foram trabalhar de empregada doméstica para os engenheiros da Usina”.

Além da repressão física pode-se perceber uma repressão às formas sociais que regiam as práticas cotidianas destas populações. Num contexto de ausência de liberdades democráticas, houve um recrudescimento do costume existente entre as comunidades do litoral sul fluminense, em razão da imposição de novas codificações pelo Estado desenvolvimentista, muitas delas traduzidas em termos de leis: decretos que pouco prestaram atenção a existência das populações.

Contudo, a luta pela resistência na terra passou a se dar também nesses termos. Uma medida nesse sentido foi a reivindicação pelo cumprimento da legislação fundiária, artifício utilizado pelo sindicalismo rural local⁵³. A reivindicação pela posse das terras a partir de denúncias feitas às autoridades políticas e a imprensa, com argumento no cumprimento do Estatuto da Terra e no direito aos costumes imemoriais das populações trouxe, de alguma maneira, visibilidade política a disputa da terra e da *terra* por parte dos trabalhadores do campo, o que resultou em algumas vitórias.

Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE, Marcos C. Cavalcanti de. Estrutura fundiária e reforma agrária no Brasil. *Revista de Economia Política*, vol. 7, nº 3 Jul/Set, 1987

ALMEIDA, Mariza Costa. *Concepções de Natureza e Conflitos pelo Uso do Solo em Parati-RJ*. Dissertação de Mestrado submetida ao Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. 1997.

BRAGA, Maria Christina de Almeida. A luta pela terra em Trindade. *Aconteceu, trabalhadores rurais no Brasil 1981*. Rio de Janeiro: CEDI, Especial 13, 1983.

⁵³A luta pelo cumprimento legal era uma diretriz do sindicalismo rural nacional, conduzida pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), que foi seguida pelos STRs de Angra dos Reis e de Paraty. Maiores informações sobre as estratégias do sindicalismo rural nacional no período da ditadura, ver Novaes (1991) e Medeiros (1989).

BRAGATTO, Sandra (1996). *Descendentes de Escravos em Santa Rita do Bracuhy: Memórias e Identidades na luta pela terra*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade/Instituto de Ciências Humanas e Sociais/Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 1996.

BRAGATTO, Sandra. Um território: Comunidade Remanescente de Quilombo de Santa Rita do Bracuí. *Territórios Negros*, v.4, n.16, 2004.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *Estranhas catedrais: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988*. Niterói: Editora da UFF, 2014.

CARNEIRO, Ana; CIOCCARI, Marta. *Retrato da repressão política no campo – Brasil 1962-1985 – Camponeses torturados, mortos e desaparecidos*. Brasília: MDA, 2010.

CAVALIERI, Lucia. *A comunidade caiçara no processo de reclassificação da Reserva Ecológica da Juatinga*. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Departamento de Geografia/Universidade de São Paulo, 2003.

COLETIVO MAIS VERDADE. *A ditadura militar e o capitalismo brasileiro*. 2015. Disponível em: <http://www.cev-rio.org.br/site/arq/Mello-D-A-ditadura-militar-e-o-capitalismo-brasileiro-Mais-Verdade.pdf>

DREIFUSS, René Armand. *1964: a Conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe*. 7º Ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Anna. In: DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Anna (org.) *Enciclopédia Caiçara: falares caiçaras – volume 2*. São Paulo: HUCITEC:NUPAUB: CEC/USP, 2005.

FAUSTO, Boris. *Historia do Brasil*. 13º Ed. São Paulo: Editora da USP, 2008.

FRATUCCI, Aguinaldo César. A formação e o ordenamento territorial do turismo no Estado do Rio de Janeiro a partir da década de 1970. In: BARTHOLO, Roberto; DELAMARO, Maurício e BADIN, Luciana (org.) *Turismo e Sustentabilidade no Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

GARCIA, Afrânio; PALMEIRA, Moacir. Rastros de casas grandes e de senzalas: transformações sociais no mundo rural brasileiro. In: SACHS, Ignacy; WILHEIM, Jorge; PINHEIRO, Paulo Sérgio (org.) *Brasil: um século de transformações*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

GRYNSZPAN, Mario. *Mobilização camponesa e competição política no estado do Rio de Janeiro: 1950-1964*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, MN/UFRJ, Rio de Janeiro, 1987.

GUANZIROLI, Carlos Enrique. *Contribuição à Reflexão sobre o Processo de Produção de um Espaço Regional – O Caso de Angra dos Reis*. Dissertação (Mestrado). Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional/Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1983.

GUZZELLI, Dante Guimaraens; TORRES, Mateus Gamba. O Estado era a lei: Lei de Segurança Nacional e advocacia na ditadura civil- militar brasileira (1964-1979) *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 27, nº 1, Jan./Jun. 2014.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *História dos Movimentos Sociais no Campo*. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

- MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Trabalhadores do campo, luta pela terra e o regime civil-militar. In: PINHEIRO Milton (org.) *Ditadura: o que resta da transição*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- MOORE JR., Barrington. Injustiça. *As bases sociais da desobediência e da revolta*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- NEVES, Delma Pessanha. Mediação social e mediadores políticos. In: NEVES, Delma Pessanha (org.) *Desenvolvimento social e mediadores políticos*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.
- NOVAES, Regina Reyes. Contag e CUT: Continuidades e rupturas da organização sindical do campo. In: BOITO, Armando *et al* (orgs.). *O sindicalismo brasileiro nos anos oitenta*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- PACHECO, Maria Emília Lisboa. Processos e transformações no litoral sul fluminense. *Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro*, 2010. Disponível em: <https://aarj.wordpress.com/2010/10/31/texto-processos-e-transformacoes-no-litoral-sul-fluminense-maria-emilia-lisboa-pacheco/>.
- PEREIRA, Anthony W. *Ditadura e Repressão: O autoritarismo e o estado de direitos no Brasil, no Chile e na Argentina*. São Paulo: Paz e Terra, 2010.
- RIBEIRO, José Rafael. *Meio Ambiente, Desenvolvimento e Democracia: SAPE, a difícil trajetória do movimento ambientalista em Angra dos Reis*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Geografia/Instituto de Geociências/Universidade Federal Fluminense, 2007.
- SANTOS FILHO, João. Ditadura militar utilizou a Embratur para tentar ocultar a repressão, a tortura e o assassinato. *Revista Espaço Acadêmico*, ano 7 nº 84, 2008. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/084/84jsf.pdf>
- SIQUEIRA, Priscila. *Genocídio dos caiçaras*. São Paulo: Massao Ohno – Ismael Guarnelli Editores, 1984.
- SIQUEIRA, Priscila. Os caiçaras e a Rio/Santos. *Revista São Paulo em Perspectiva*. São Paulo: Fundação Seade, vol. 3 nº4. p. 62-64, out/dez 1989. Disponível em: http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v03n04/v03n04_12.pdf
- SZMRECSÁNYI, Tamás. Apontamentos para uma história financeira do grupo Ligth no Brasil, 1988/1939. *Revista de Economia Política*, vol. 6, nº1, 1986, p. 132-135
- SZMRECSÁNYI, Tamás. *Pequena história da agricultura no Brasil*. 2º ed. São Paulo: Contexto, 1996.
- RODRIGUES, Vicente. Lenta, gradual e segura? A Comissão Nacional da Verdade e a lei de acesso a informações na construção da justiça de transição no Brasil. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 27, nº 1, p. 183-208, Jan./Jun. 2014 – p. 195
- THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa*. 6º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.
- THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.